

----- ACTA N.º 001/2008 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE
AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E OITO -----**

----- Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito remetida oportunamente nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a Presidência de Eurico de Alcobia, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Joaquim de Jesus Ribeiro e Aires Ferreira Graça, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia** -----

----- 1.- **Apreciação do pedido de suspensão de mandato do Deputado Hélder Cruz, nos termos do n.º 2 do art.º 77 de Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

----- 2.- **Período de tempo reservado á intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- 3.- **Análise, discussão e votação da acta anterior.** -----

----- **Período da Ordem do Dia** -----

----- 1.- **Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----2.- **Análise, discussão e votação da alteração à Tabela de Taxas, Tarifas e Licenças Municipais nos termos da alínea e), do n.º 2 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----3.- **Análise, discussão e votação do pedido de autorização para venda da Escola Primária do Sobral nos termos da alínea i), do n.º 2 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----4.- **Análise, discussão e votação da avaliação de imóveis nos termos da alínea c), do n.º 2 do art.º 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----5.- **Análise, discussão e votação da constituição de uma Associação Intermunicipal designada por ASTAQ do Médio Tejo, com a participação dos Municípios de Ferreira do Zêzere, Tomar e Ourém, conferindo poderes à Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, para substituição da designação social da Associação caso o Registo Nacional de Pessoas Colectivas, não aprovar a designação atrás referida, com o projecto de estatutos aprovados pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, ao abrigo do art.º 2 da Lei n.º 10/80, de 19 de Junho.**-----

-----6.- **Análise, discussão e votação da colocação do GAT na dependência directa da Administração Local e transferência do seu património, para a Associação de Direito Público a constituir entre os municípios de Ferreira do Zêzere, Tomar e Ourém, ao abrigo do art.º 2 da Lei n.º 10/80, de 19 de Junho.**---

-----7.- **Análise, discussão e votação da cedência de espaço do domínio público necessária para implantação do loteamento urbano n.º 39/2003 nos**

termos da alínea b) do n.º 4 do art.º 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----8.- Análise, discussão e votação da proposta da bancada municipal do Partido Socialista intitulada “Proposta de Apoio à Natalidade e Fixação da População”, nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----

-----9.- Outros Assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----**Presenças:** Distribuída a folha de presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e dois dos seus membros, tendo-se registado a ausência dos deputados José Manuel Duarte e Isabel Baptista. -----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Luís Ribeiro Pereira e por três dos vereadores que compõem o executivo camarário, Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, Carlos Ferreira Salgado e Manuel da Silva António. ---

----- **Abertura da Sessão:** Eram vinte horas e trinta e nove minutos quando, verificada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----1.º Ponto: - **Apreciação do pedido de suspensão de mandato do Deputado Hélder Cruz, nos termos do n.º 2 do art.º 77 de Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----**

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** começou por referir que

este pedido de suspensão foi feito depois de já terem decorrido 365 dias de suspensão. A lei determina que isso representa a renúncia tácita ao mandato e a sua substituição. Para que não houvesse qualquer dúvida pediu um parecer jurídico uma vez que são questões que considera melindrosas e gosta que fiquem bem clarificadas. Foi-lhe confirmado pelo parecer jurídico que, atendendo ao facto do membro da Assembleia já ter sido suspenso por dois períodos de 6 meses cada, perfazendo o número máximo de dias não poderá verificar-se nova suspensão do mandato. Assim o Deputado Municipal em causa não terá direito a nova suspensão nos termos da lei. Estabelece também a lei que o pedido de suspensão deve ser apreciado pelo plenário, mas atendendo a ter sido ultrapassado o número máximo de dias permitido no decurso do mandato, constitui renúncia ao mesmo. Assim já o informou verbalmente mas irá confirmar por escrito ao Deputado Municipal Hélder Cruz desta situação, tendo-lhe agradecido toda a colaboração que este deu à Assembleia. Em seguida passou-se ao preenchimento da vaga chamando o Deputado Municipal Nuno Benedito a tomar posse efectiva do cargo. -----

----- 2.- Período de tempo reservado á intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- O Sr. Mário Sousa, no uso da palavra concedida pelo Presidente da Mesa, solicitou à Assembleia Municipal que o preço, por metro quadrado, do terreno a que se refere o ponto 7 do Período da Ordem do Dia, fosse revisto uma vez que não concorda com o mesmo pelo facto de o considerar demasiado alto. -----

----- 3.-Análise, discussão e votação da acta anterior. -----

----- O Deputado Municipal Fernando Ideias inscrito neste ponto, referiu que lhe chegou a casa a correcção da acta de 27 de Abril de 2007 e pediu, novamente, ao

Presidente da Mesa para que faça a devida correcção a esta acta porque ela não está de acordo com o pedido. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que as actas e emendas das actas têm a ver com intervenções próprias, realçando que o que interessa é a substância não é o pormenor e clarificou que a correcção foi feita ouvindo a gravação. O Presidente da Mesa lembrou que o que estava agora a discussão era a acta da última sessão.-----

----- **O Deputado Municipal Fernando Ideias** referindo-se novamente à acta de Abril de 2007 referiu que consta na mesma que foi apresentada uma proposta pelo PS com três nomes para a Mesa da Assembleia. Disse que não apresentaram nenhuma proposta, que esta só foi apresentada no final. Reforçou que apenas estava a pedir que fosse emendada a acta de 27 de Abril de 2007 e que esse pedido não está ofensivo a ninguém. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** disse ao Deputado Municipal que o antecedeu que este podia ouvir a gravação da acta. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** e o **Deputado Municipal Eduardo Mendes** inscritos neste ponto chamaram a atenção para algumas gralhas encontradas no texto, tendo as mesmas sido verificadas e corrigidas. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** falando em seguida da acta de 27 de Abril de 2007 disse que, independentemente das figuras de estilo, verificou que a divergência é que aparece referido que o PS tinha apresentado uma proposta mas, recordou que foi o PSD que apresentou primeiro uma proposta. Depois discutiu-se se a votação devia ser só para o presidente da mesa ou para uma lista e chegaram a acordo que era para uma lista. Foi então que o PS avançou com uma proposta. -----

-----Colocada a votação com as correcções solicitadas a acta foi aprovada por dezanove votos a favor e três abstenções. -----

----- PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

----- 1.º Ponto: - **Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** inscrito neste ponto, iniciou a sua intervenção chamando a atenção para o ponto g) do Relatório da Actividade Municipal, que faz referência ao QREN 2007 quando diz que já foram abertos alguns concursos mas que ainda não foi possível apresentar nenhuma candidatura devido aos condicionalismos mencionados. Isto preocupa-o. Perguntou se as obras que a Câmara quer fazer são necessárias. Realça novamente o ponto dois mencionando os seus condicionalismos: “no âmbito da construção de centros escolares é necessário que a obra esteja já em fase de adjudicação, pelo que só num ulterior concurso se poderá apresentar a referida candidatura”. Perguntou porque é que não está em fase de adjudicação e se a obra será supérflua ou necessária. Continuou a referir aspectos descritos no relatório de actividade e realçando que aquilo veio confirmar o que ali tinha referido na aprovação do plano e orçamento para 2008. Questionou se as obras são necessárias porque é que não se fazem, porque é que se há-de estar à espera, se seria por inércia ou desinteresse. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** dirigindo-se ao Deputado Municipal que o antecedeu disse que não sabia como é que ele se esqueceu de ler os comunicados da Associação Nacional de Municípios Portugueses, muito mais credíveis que a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere. Referiu em seguida que

não sabia como é que um gestor daquele gabarito adjudica obras sem ter dinheiro perguntando como é que se entendia depois com o empreiteiro, se não houver participações quem é que paga as obras. Continuou dando os parabéns ao Presidente da Câmara pelo Relatório da Actividade Municipal que deixa transparecer a política e os desabafos de quando as coisas não correm como se quer. Já não é uma síntese das actas das reuniões de Câmara. Por último pediu um esclarecimento sobre o que está referido no relatório em relação à empresa Águas de Portugal. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal**, em resposta as questões colocadas referiu que percebia o peso político que o Deputado Jorge Godinho queria colocar naquela questão esclarecendo, no entanto, que os fundos do QREN não vão ser o que se queria. Frisou o Regulamento do QREN que diz que para se fazerem candidaturas a obra tem que estar em fase de adjudicação. Disse que o Deputado Jorge Godinho quis agradar ao público, e que aquele sabe perfeitamente que a obra não podia estar adjudicada pois não tiveram tempo para avançar com o projecto. Frisou também que o orçamento e as obras não são supérfluas e vão ser executadas desde que haja dinheiro. A Câmara quer fazer obras mas também quer pagar, não quer chegar à situação em que estão muitas das Câmaras do país e não quer que nenhum empreiteiro vá à falência por causa da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere. A obra do mercado está adjudicada e vai avançar dentro de pouco tempo e o núcleo escolar há-de avançar se houver financiamento para ele. Em resposta ao Deputado Municipal Eduardo Mendes esclareceu que as Águas do Centro, neste momento, estão apenas com as águas em alta e estão a estudar a hipótese de vir a explorar a baixa, caso as Câmaras assim o entendam. Há um impasse de três ou quatro Câmaras que nem a alta ainda conseguiram negociar. Estão convencidos que

de um momento para o outro as Águas do Centro ficam prontas para assinar o contrato para receber a baixa. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho**, no uso da palavra, lembrou o Sr. Presidente da Câmara que a quinze de Março vão ser aprovados e vão ser entregues oitenta projectos através do QREN. Houve 80 Câmaras que já apresentaram projectos e já têm projectos aprovados. Realçou que quando é preciso fazer empréstimos para coisas necessárias no concelho nunca ninguém disse que não. A Câmara não está endividada de tal maneira que não possa fazer essas coisas. É tudo uma questão de opções e que para fazer coisas necessárias neste concelho, a Câmara não se deve arrepender de tomar opções.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** reportando-se novamente ao assunto do QREN afirmou que é vantajoso esperar algum tempo para se poder aproveitar os fundos comunitários, realçando que é o que tem valido a este concelho para não estar tão endividado.-----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se alguém se opunha a que todas as deliberações fossem aprovadas em minuta. Ninguém se opôs.-----

2º Ponto: -Análise, discussão e votação da alteração à Tabela de Taxas, Tarifas e Licenças Municipais nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- Não havendo intervenções a registar, foi a **alteração à Tabela de Taxas, Tarifas e Licenças Municipais** colocada a votação, tendo-se obtido a sua **aprovação por unanimidade.**-----

3º Ponto: - Análise, discussão e votação do pedido de autorização para venda da Escola Primária do Sobral nos termos da alínea i) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º

169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----**O Deputado Municipal Bruno Silva** no uso da palavra que lhe foi concedida pelo Presidente da Mesa, começou por cumprimentar todos os presentes e agradecer ao Presidente da Mesa. Referiu que já anteriormente se tinha manifestado contra a venda de património público, nomeadamente das escolas. Considera que a solução não está em vender estes espaços mas sim na Câmara e nas Juntas onde estão estes espaços públicos os dinamizarem e terem criatividade de iniciativas para a utilização desses espaços. Menciona o exemplo da Freguesia de Chãos que arranjou solução para estes terrenos e edifícios não saírem do património público. Quanto a este caso em particular crê que a Câmara não terá grande vantagem na venda porque o terreno e a construção não têm grande valor. Uma hipotética venda desta área traria para a Câmara uma quantia irrisória e este edifício não acarreta qualquer despesa para a Câmara Municipal. -----

-----Não havendo mais intervenções a registar, foi o **pedido de autorização para venda da Escola Primária do Sobral** colocado a votação, tendo-se obtido a sua aprovação por dezasseis votos a favor, dois votos contra e quatro abstenções.-----

4º Ponto: -Análise, discussão e votação da avaliação de imóveis nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Não havendo intervenções a registar, foi a **avaliação de imóveis** colocada a votação, tendo-se obtido a sua aprovação por unanimidade. -----

5º Ponto: - Análise, discussão e votação da constituição de uma Associação Intermunicipal designada por ASTAQ do Médio Tejo, com a participação dos Municípios de Ferreira do Zêzere, Tomar e Ourém, conferindo poderes à

Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, para substituição da designação social da Associação caso o Registo Nacional de Pessoas Colectivas, não aprovar a designação atrás referida, com o projecto de estatutos aprovados pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, ao abrigo do art.º 2 da Lei n.º 10/80, de 19 de Junho.-----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho**, iniciou a sua intervenção dizendo ao Presidente da Mesa que estava confuso relativamente a este ponto e que a sua intervenção seria para esclarecimentos. Mencionou parte do ponto cinco e fez referência à documentação a que teve acesso, nomeadamente a página 47 onde está referido que “o laboratório de Solos da ASTAQ iniciou a sua actividade na década de 80”, questionando se se está a falar do mesmo, se se vai constituir uma coisa que já foi constituída na década de 80, que já tem corpos sociais e já tem programas de apoio e uma candidatura à LISACTION aprovada.-----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, em resposta ao Deputado Municipal Jorge Godinho, disse que o Presidente da Câmara esclareceria mas adiantou que não se estava a falar da mesma Associação. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** interveio, clarificando que a ASTAQ, que neste momento existe, é uma Associação constituída pelas Câmaras Municipais que irão constituir a ASTAQ do Médio Tejo e que num futuro próximo irá ser transformada numa empresa intermunicipal. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** interveio novamente perguntando ao Presidente da Câmara o que é que ASTAQ faz actualmente.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** explicou que a ASTAQ é um laboratório de solos e ensaios e foi criada pelas Câmaras de Tomar, Ferreira do Zêzere e Ourém, e pediu, por uma questão de mais valia, a participação do

Politécnico que faz outro tipo de laboratório. Frisou que o que se pensou primeiro foi passar de imediato da ASTAQ para ASTAQ do Médio Tejo, pedindo ao Politécnico que saísse pelo facto de não poder aparecer uma empresa privada na constituição de uma empresa intermunicipal. Realça que a antiga ASTAQ será extinta e que o património da mesma será absorvido pela ASTAQ do Médio Tejo que também irá receber o património do GAT. A ASTAQ está a funcionar com o dinheiro investido pelas Câmaras e com três ou quatro funcionários que estão a trabalhar na realização de ensaios laboratoriais essencialmente na parte dos solos. ----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** iniciou a sua intervenção dizendo que algumas das suas perguntas já foram respondidas pelo Sr. Presidente da Câmara. Informou que aquando da inauguração das novas instalações da Comunidade Urbana já lá estavam as salas para a ASTAQ. De seguida pediu licença à Mesa para falar do ponto seis, pois para perceber o ponto cinco terá que falar no ponto seis. Pediu para lhe explicarem a estratégia do GAT. Se bem percebeu o GAT é para ser colocado dentro da ASTAQ ou seja, a actual Comunidade Urbana quer criar uma empresa de prestação de serviços para a metrologia, para os solos e para inspecções, que agora estão a tentar fazer com meios próprios e com alguns meios comprados, de forma centralizada para baixar os custos e se obter um maior grau de tecnologia, confiança, segurança e certificação. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** no uso da palavra confirmou o que foi dito pelo Deputado Municipal Eduardo Mendes e esclareceu que a ASTAQ não vai funcionar só para as Câmaras. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** interveio novamente e questionou se a ASTAQ foi constituída pelas câmaras, para o uso das mesmas e para o mercado da zona, à qual o Presidente da Câmara respondeu afirmativamente. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** considerou pertinente a afirmação do Deputado Municipal Eduardo Mendes e sugeriu à Assembleia que fossem votados em simultâneo os pontos cinco e seis. Esta proposta não foi aceite, passando-se de imediato à votação do ponto cinco. -----

----- **Foi a constituição da Associação Intermunicipal designada por ASTAQ do Médio Tejo, com a participação dos Municípios de Ferreira do Zêzere, Tomar e Ourém, conferindo poderes à Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, para substituição da designação social da Associação caso o Registo Nacional de Pessoas Colectivas, não aprovar a designação atrás referida, com o projecto de estatutos aprovados pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere colocado a votação, tendo-se obtido a sua aprovação por catorze votos a favor, um voto contra e sete abstenções.** -----

----- **6º Ponto: - Análise, discussão e votação da colocação do GAT na dependência directa da Administração Local e transferência do seu património, para a Associação de Direito Público a constituir entre os municípios de Ferreira do Zêzere, Tomar e Ourém, ao abrigo do art.º 2 da Lei n.º 10/80, de 19 de Junho.** -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** iniciou a sua intervenção realçando que não se opõe á criação de Associações mas que o Deputado Municipal Eduardo Mendes confirmou o que ele temia, ou seja que o GAT vai ser absorvido pela ASTAQ. Lembrou que o GAT presta serviços às Câmaras e perguntou quem são os corpos sociais da ASTAQ. Demonstrou o seu desagrado pelo facto da mesma entidade ser fornecedor e cliente, frisando que são situações que se devem evitar porque são muito dúbias. Ao terminar a sua intervenção pediu para que este caso seja ponderado uma vez que actualmente pode não ter problemas mas daqui a uns

anos pode criar problemas muito graves. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal**, em resposta ao Deputado Municipal Jorge Godinho, disse que o GAT vai ser extinto e o que irá existir é a ASTAQ do Médio Tejo que irá absorver os funcionários do GAT. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** chamou a atenção para que não se estabelecesse diálogo, lembrando que este cria dificuldades na elaboração da acta.- -----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** no uso da palavra disse que compreendia bem o Deputado Municipal Jorge Godinho, pois todos se preocupam com a lisura de métodos de transparência mas, consegue perceber como é que lhe afecta a transferência de património que possa haver. Supondo que a futura ASTAQ vai debitar a preços muito acima dos de mercado os seus trabalhos à Câmara de Ferreira do Zêzere, de Ourém e outros e que o seu Administrador que é um desses presidentes de câmara se dispõe a pagá-los a preços mais caros. Se a propriedade da Associação são as mesmas Câmaras a única coisa que pode acontecer é a transferência de património da instituição Câmara Municipal para a Associação de que é dona pelo que não vê qual é a diferença. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** disse que era diferente. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** em resposta disse que está prevista na lei a criação destas empresas intermunicipais, existindo dezenas de empresas municipais por aí, como é o caso da Câmara de Sintra que tem uma empresa para tratar dos espaços das escolas. Ora se as escolas são da Câmara, não sabe como é que a Câmara de Sintra resolve este problema. Na Câmara de Lisboa há imensas empresas onde nem todos os objectivos são muito claros, não vendo também como resolvem o problema. Lembrou as empresas públicas do Governo,

como a CP, a RTP e outras que recebem chorudas compensações indemnizatórias, que são propostas por administradores nomeados pelo Governo e questionou o Deputado Municipal Jorge Godinho como é que resolvia esta situação. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** respondeu referindo que, como todos sabem, é dali que aparecem muitas situações. Perguntou porque é que as coisas não hão-de ter a lisura necessária e disse que se quiserem fazer caldinhos podem fazê-los à vontade, mas não contem com ele.-----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** interveio, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que, face às intervenções anteriores, acrescentasse alguns esclarecimentos. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra que lhe foi concedida pelo Presidente da Mesa, esclareceu que não há mais nada a acrescentar e que todos percebem o facto de se ir constituir uma empresa intermunicipal. Acrescentou que com a extinção do GAT a CCR vai pagar aos técnicos os vencimentos durante dois anos. Só aqui já há uma mais valia para as autarquias. -----

----- Não havendo mais intervenções a registar, foi posta a **votação a colocação do GAT na dependência directa da Administração Local e transferência do seu património, para a Associação de Direito Público a constituir entre os municípios de Ferreira do Zêzere, Tomar e Ourém colocado a votação**, tendo-se obtido a sua aprovação por catorze votos a favor e oito contra. -----

----- **7º Ponto: - Análise, discussão e votação da cedência de espaço do domínio público necessária para implantação do loteamento urbano n.º 39/2003 nos termos da alínea b) do n.º 4 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **O Deputado Municipal Armando Alexandre**, inscrito neste ponto,

iniciou a sua intervenção informando que queria dois esclarecimentos. Um em relação ao espaço a inserir na rua Alfredo Keil perguntando qual é a metragem que a empresa tem que conceder, e outro em relação ao documento que envolve o Sr. Ramos. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço**, no uso da palavra, perguntou se os quarenta e quatro mil euros, que a Câmara está a pedir ao proprietário, correspondem aos 530,38 m² da área. Realçou que fica a cerca de oitenta e três euros por metro quadrado e questionou se não é um valor exagerado, apesar de compreender a intenção da Câmara pois o terreno está situado no coração da Vila sendo um sítio privilegiado. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** no uso da palavra referiu que foi enviado o mapa que serviu de base para calcular aqueles valores e que há premissas que têm variáveis. Dirigindo-se ao Sr. Mário disse que a reclamação feita por este já foi atendida e que vai ser levada à próxima reunião de Câmara para ser apreciada. O Eng. Campelo e o Eng. Frias analisaram a reclamação e tiveram por base os valores das Finanças e os referidos pelo Sr. Mário. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** face às intervenções e ao esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara de que existe ainda a possibilidade de alteração desta proposta, sugeriu que se retirasse este ponto e se voltasse a agendar para uma próxima reunião. Esta sugestão foi aceite pela Assembleia. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** interveio novamente, esclarecendo que não há valores errados nessa avaliação técnica, há valores que têm mínimos e máximos que dependem da localização e da perspectiva do próprio técnico, tendo este em consideração de que se está a falar do centro da Vila. No entanto também

resolveram ouvir a reclamação do Sr. Mário. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** pediu que a Câmara, ao analisar aquela situação, tivesse em conta os cinco anos que já passaram.-----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que não haveria mais intervenções relativamente a este ponto, dado que já foi aceite pela Assembleia que o mesmo será agendado para uma próxima reunião. -----

----- **8º Ponto: - Análise, discussão e votação da proposta da bancada municipal do Partido Socialista intitulada “Proposta de Apoio à Natalidade e Fixação da População”, nos termos da alínea q), do n.º 1 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** interveio dizendo que quando esta proposta foi apresentada na última Assembleia, não se sabia o que é isto implicava para a receita do Município. Não sabe se já alguém fez esses cálculos mas, de qualquer forma, nessa altura tinha visto num diário em Lisboa que haviam dezasseis concelhos que tinham adoptado aquelas medidas e no último Despertar do Zêzere que leu verificou que são cerca de quarenta. É um processo a que as Câmaras, de todos os partidos, estão a aderir sistematicamente. Infelizmente os contribuintes portugueses estão a ver os seus impostos cada vez mais agravados, e a única maneira de talvez aliviar a carga fiscal dos contribuintes é esta, se calhar à custa das Câmaras. Quando o objectivo é a fixação da população nos concelhos do interior então, redobradamente se justifica que estas medidas se apliquem. Em Manteigas e no Fundão as baixas são 5%, não sabendo se mais alguma câmara adoptou os 5%, tendo sido entre os 2% e os 5% que tem variado. Realçou que se trata de um alerta para que, se a Assembleia entender que a Câmara deverá fazer

alguma coisa para fixar a população no concelho e de alguma forma aliviar a carga fiscal, o faça agora. -----

----- **O Vereador Jacinto Lopes** no seguimento da intervenção anterior lembrou que na última sessão disse que o valor estimado que aquela medida iria custar ao concelho, era de quarenta e nove mil duzentos e treze euros. Uma vez que se trata de uma medida de apoio à natalidade fez mais uns cálculos para ver o que podia representar como catalisador da natalidade no concelho, chegando à conclusão que se estava a falar de dezanove euros por habitante que paga IRS ou seja é um incentivo de dezanove euros, pelo que, sugeriu que tirassem as devidas conclusões. --

----- Não havendo mais intervenções a registar, foi a **votação a proposta da bancada municipal do Partido Socialista intitulada “Proposta de Apoio à Natalidade e Fixação da População”**, tendo sido **recusada por oito votos a favor e catorze contra**. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Benedito** referiu que também é jovem mas votou contra pelo facto de, após ter conhecimento dos valores indicativos prestados pelo Vereador Jacinto Lopes, não achar que a baixa de IRS seja um benefício para os jovens, além de ter uma repercussão que acha ser considerável a nível de financiamento para a Câmara. -----

----- **9º Ponto: - Outros Assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro**. -----

----- **O Deputado Municipal João Paulo Henriques** inscrito neste ponto, começou por perguntar qual a situação actual do Plano Director Municipal e se havia possibilidade de saber mais do que aquilo que já se sabe. Realçou também que a sala de sessões ainda não tem a fotografia do Presidente da República. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** iniciou a sua intervenção pedindo desculpas por ainda não ter cumprimentado os presentes na Assembleia. Seguidamente congratulou-se com o facto de estar presente no público um grupo de jovens, realçando que no futuro serão eles a desempenhar estes papéis. A política precisa de pessoas jovens para dar continuidade à resolução dos problemas da sua terra. Dirigindo-se em seguida ao Presidente da Câmara, perguntou em relação ao saneamento, dizendo que há cerca de três anos o Vereador Jacinto Lopes falou que para 2008 já poderia ser uma hipótese o saneamento na zona do Chão da Serra, do Salgueiral e lugares vizinhos. Perguntou qual era a posição da Câmara em relação a esta matéria e se tinham alguma ideia de quando se vai dar início ao mesmo. De seguida perguntou se o Presidente da Câmara começou as obras na vila sem ter dinheiro e lembrou que contraria aquilo que disse há um ano atrás, na Assembleia, uma vez que se disse que a obra não iria parar ou que se parasse os munícipes não iam dar pela sua paragem. Era suposto a obra estar pronta, pedindo esclarecimentos sobre o actual ponto de situação. Reportando-se às obras que foram feitas no Cardal, Bairrada e Bairradinha fez referência à situação de três moradores que não tiveram os acessos construídos como os outros. Disse ao Presidente que a informação que o Vereador Jacinto Lopes deu não é correcta. Está em acta que o Vereador disse que o empreiteiro já não se encontrava na obra. Perguntou se, de facto, teve ou não contacto com o munícipe Manuel Aderneira, que contactou o Vereador por telemóvel, ao qual este disse que iria comunicar com a firma João Manso para realizar as 3 entradas. Reafirmou que foi dito pelo Eng. Campelo responsável pela obra, que aquilo estava em orçamento e que iria ser feito, realçando que este facto contradiz a versão de que não estava contemplada. Esclareceu a Assembleia que é uma obra que custa no máximo duzentos e cinquenta euros pelo que acha estranho

quando se diz que aquelas três entradas não estariam contempladas no orçamento. Finalizou a sua intervenção dizendo que não aceita isto e que gostaria que o vereador Jacinto Lopes lhe confirmasse se teve ou não contacto com o senhor Manuel por telemóvel. O Senhor João Manso diz que não teve ordens para fazer aquelas entradas. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Ideias** iniciou a sua intervenção perguntando se, relativamente à Soportuma, Lda., já foi alterado o PDM para poderem construir naquele prédio rústico. Perguntou em seguida qual foi a área arrendada ao lado e para que efeito. Por último falou da desafecção do caminho em Cardal, questionando qual é o interesse dessa desafecção, se é para vender em hasta pública e o que é que se passa com o Sr. Aderneira e a sua esposa. Se realmente o pedido deles não tem pés nem cabeça. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Dias**, inscrito neste ponto da ordem de trabalhos, disse que as questões que ia fazer eram simples e concretas, que não tinham a ver com questões macroeconómicas ou organizações intermunicipais, mas que tinham a ver com a vida no Município que é o que afecta o dia a dia dos munícipes, embora as outras questões também tenham a sua importância. Ultimamente têm-se verificado alguns casos de vandalismo na Vila, como incêndios de carros e vandalização de outros bens, pelo que pensa que os ferreirenses sentem que há um défice de segurança. Quanto à estrada da Pombeira, passa lá todos os dias e anda a recolher fotografias de todos os acidentes que lá se dão, tendo já três fotografias de acidentes diferentes, realçando que sempre que chove há um ou dois acidentes por dia. Há uma curva perigosa sem guardas metálicas e se se fizer o percurso a pé vê-se uma quantidade de pára-choques nas bermas da estrada. Sabe que esta situação não depende directamente da Câmara, segundo as informações que

obteve, mas que esta, como defende os interesses dos munícipes de Ferreira do Zêzere, pode tentar minimizar a situação. Lembrou que se aproxima mais uma vez a época de incêndios, pelo facto de o tempo estar seco e as chuvas serem escassas e perguntou que mais valias o concelho ia ter este ano, tanto na prevenção como no combate de incêndios. Sabe que não há meios nem verbas para nada, pelo que perguntou o que é que os munícipes de Ferreira do Zêzere podem esperar da Câmara para além da gestão corrente que esta faz no dia a dia. Por último informou que tinha ali uma proposta que pensa que é consensual para todos. Está ligado a assuntos de educação e de escolas que são questões extremamente importantes e, quando se trata de um concelho como o de Ferreira do Zêzere que é carente de empresas, de empresários, de iniciativas e de inovação é necessário falar de empreendedorismo. Explicou um pouco o que é o empreendedorismo e disse que existem empresas que ministram formação em empreendedorismo junto das escolas. Em seguida apresentou a proposta procedendo à sua leitura: *“O grupo do Partido Socialista, vem propor a esta Assembleia Municipal uma deliberação, no sentido da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere patrocinar junto das escolas do concelho acções sobre empreendedorismo a ministrar por empresas especializadas na área. A urgência de tais acções prende-se com grande necessidade que a região tem e o concelho em particular, de mudar mentalidades relativamente aos modelos de desenvolvimento económicos e sociais tradicionais, sobretudo no que concerne à inovação e competitividade no desenvolvimento do concelho”*. Esclareceu que a proposta contem alguns anexos onde se explica o que é a inovação e as suas finalidades e inclui ainda alguns portais, que recolheu da internet, de algumas empresas que dão formação em empreendedorismo e alguns portais de alguns jornais ou rádios, nomeadamente de Alvaiázere, Penela, e Nazaré que, junto das

escolas, patrocinaram acções de formação sobre empreendedorismo. Pensa que o concelho só teria a ganhar com esta aposta nas pessoas.-----

----- **O Deputado Municipal Armando Alexandre**, no uso da palavra, começou por referir que ia falar de um assunto que já levou à Assembleia em duas sessões anteriores. É o assunto da Soportuma, Lda. e do terreno sito em Valongo. Na Assembleia de Setembro solicitou esclarecimentos ao Presidente da Câmara sobre a venda do terreno e na de Novembro sobre a terraplanagem. O Presidente da Câmara, depois de alguns considerandos sobre o assunto disse-lhe, na altura, que ainda iria haver mais movimentações de carros e máquinas naquele terreno. Desconhecia que, para além da venda de um lote de terreno em hasta pública, a Câmara Municipal, em reunião de nove de Agosto de dois mil e sete, aprovou por unanimidade o arrendamento de um terreno contíguo àquele, à mesma empresa, por um prazo de trinta anos. Questionou o Presidente da Câmara porque motivo ocultou este facto nas Assembleias de Setembro e Novembro, realçando que parece ter existido um pacto de silêncio, sobre este arrendamento, com a vereação, dado que antes das duas Assembleias referidas falou com um dos vereadores eleito pelo partido Socialista, que também lhe omitiu este facto. Referiu que gostaria de ver esclarecida, de imediato, a razão de tal procedimento, realçando que tem que haver uma política de verdade na informação das questões que são postas na Assembleia. Na Assembleia de Novembro fez uma pergunta, que consta na página 26 da acta da referida sessão, que ficou sem resposta e volvidos três meses não obteve qualquer informação relativa aos encargos mensais, capital mais juros, com os empréstimos para a Zona Industrial. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Gomes** iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e referindo que a Assembleia não devia terminar

a sessão sem aprovar um voto de louvor à Catarina Godinho que foi distinguida personalidade desportiva feminina do Distrito de Santarém pelo Jornal Mirante, um prémio que foi dado pelo Presidente da Câmara. Pensa que é uma obrigação louvar aquela excelente atleta. É uma honra para Ferreira do Zêzere ter atletas deste gabarito. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Benedito** no uso da palavra começou por dar o seu apoio ao Deputado Municipal Manuel Dias pela proposta sobre o empreendedorismo. Concordou também no que se refere à questão do vandalismo, da qual também tem conhecimento. Solicitou ao Presidente da Câmara para que reivindicasse um maior esforço por parte das forças de segurança no patrulhamento junto à Vila. Quanto aos fogos lembrou aos Presidentes de Junta e à Câmara Municipal que existem, há muito tempo, uma série de procedimentos legais que permitem que as Juntas de Freguesia se substituam aos proprietários na limpeza dos terrenos. A prevenção deve ser a primeira acção a ser feita antes de se partir para o combate. Discordou com a terceira questão colocada pelo Deputado Municipal Manuel Dias e também com o Deputado Municipal Jorge Godinho quando este se referiu à inércia e ao desinteresse da Câmara e perguntou se viram o debate daquele dia da Assembleia da República em que se verificou que passou um ano e meio do QREN e das normas legais e o Governo não aproveitou nada. Pediu ao PS de Ferreira do Zêzere para ver o que pode fazer para desbloquear algumas situações. ---

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** interveio referindo que ouviu uma conversa de alguém que se propunha comprar um rebanho e pôr ovelhas a pastar na Zona Industrial. As pessoas brincam com aquilo mas a questão é saber o que é que se pode fazer mais para que aqueles terrenos fiquem libertos e definitivamente possam ser postos a funcionar com umas empresas. Pelo que pensa

se aparecerem empresas interessadas não podem ir para lá, pelo que estão a perder o comboio. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** no uso da palavra dada pelo Presidente da Mesa, para prestar os esclarecimentos julgados necessários, começou por responder ao Deputado Municipal que o antecedeu, dizendo que era lamentável que aquela pessoa não tenha cumprido com a sua palavra, pois assinou que vendia o terreno por determinado valor e depois não o fez. Já lhe foi proposto o triplo do valor e ele continua a não aceitar a venda. Esse homem também lhe falou na história das ovelhas. Para si é um homem sem palavra que falhou e que arrastou consigo mais duas pessoas. O caso agora está em tribunal. Depois existem mais um ou dois casos de pessoas que nem sequer responderam às notificações que lhe foram enviadas. Quanto ao PDM está a avançar, muito lentamente. A questão do IC3 ainda não está resolvida tendo havido uma reunião em Coimbra para ver os traçados mais viáveis, sendo que o mais viável é um que passa mais perto de Ferreira. Agora está no ICN a inquérito público. A partir daqui há a fase de concurso do projecto, depois há a fase de concurso para a obra. Quanto à REN está na CCR de Lisboa e a informação que tem é que estão a fazer um regulamento para servir de base a todos os PDM's. Ao Deputado Municipal Manuel Lourenço e quanto à questão do saneamento disse que estão em negociações com as Águas do Centro que vão absorver, em princípio, o saneamento em baixa. A Câmara tem projectos e eles vão executá-los. As obras da Vila pararam porque foi necessário reformular o projecto mas vão avançar nesta fase. Quanto à Soportuma disse que a área comprada são cerca de 10 000 metros quadrados e a área arrendada cerca de 4 000 metros quadrados. Quanto à desafecção do caminho em Cardal explicou o que se passou concluindo que está tudo resolvido, pois trata-se de uma guerra entre vizinhos. No

que se refere ao vandalismo pensa que foi a gota de água. Pensa falar com a GNR e pedir-lhe que actue. A maior parte dos residentes na Vila, se calhar, sabe quem são os vândalos. Trata-se de jovens que se juntam em grupos. A GNR tem que actuar. Já apanhou alguns mas porque são menores e não são apanhados em flagrante não os podem deter. Quanto à estrada da Pombeira enviou um projecto para Santarém e o mesmo já seguiu para Lisboa. Enviou em anexo uma fotografia de um acidente e uma reclamação que passou pela GNR, para fazer pressão junto do senhor Ministro. A época de incêndios aproxima-se e espera que possam sustê-los como têm conseguido. Não sabe muito o que vai calhar ao concelho em termos de meios de combate aéreo. A Câmara adquiriu um tractor de rastos com triturador e vai adquirir uma camioneta para o transportar, com vista a fazer a limpeza a que a Câmara está obrigada. A esperança para os ferreirenses é a mesma que têm tido até aqui. Está de consciência tranquila quanto ao que fizeram e vão continuar a fazer com um empréstimo a trazer à Assembleia, porque vão ter que continuar a investir. Quanto ao empreendedorismo concorda e a Câmara aprovou uma situação que tinha a ver com isto. Perguntou a Deputado Municipal Armando Alexandre se queria que lhe fosse enviada para casa a informação sobre os encargos com a Zona Industrial. -----

----- **O Deputado Municipal Armando Alexandre** interveio referindo que se na Assembleia de Novembro, quando colocou a questão da terraplanagem e lhe foi dito que ia ver mais nas semanas seguintes, lhe tivessem dito que ia ser feito também no terreno contíguo ao mesmo que foi vendido em hasta pública, porque a Câmara tinha feito um arrendamento a longo prazo, tinha esquecido o assunto e não o traria mais à Assembleia. O que estranha é que a Assembleia não tenha sido informada, nessa altura, pois só teve conhecimento quando recebeu as actas da Câmara em Dezembro. E, esse arrendamento foi decidido em reunião de Câmara no início de

Agosto. Pensa que a Assembleia devia ter sido informada que andavam lá máquinas da Câmara a fazer a terraplanagem porque para além da venda tinha sido feito o arrendamento de um lote contíguo. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** retomou a palavra esclarecendo que o homem se interessou por arrendar aquela parte da frente, e a terraplanagem não podia ser feita só na parte que foi vendida. Não tinha lógica a homem ficar com a parte de trás limpa e ficar com os eucaliptos à frente. Quanto à intervenção do Deputado Municipal Nuno Benedito referiu que as Juntas de Freguesia ainda tem menos dinheiro que a Câmara e depois não são ressarcida. -----

----- **O Vereador Jacinto Lopes** no uso da palavra dada pelo Presidente da Mesa para esclarecer o Deputado Municipal Manuel Lourenço, referiu que não mentiu quando deu a informação. Quando o senhor lhe telefonou atendeu-o, depois falou com o Eng. Campelo e com o empreiteiro, e estes responderam que já não estavam na obra e que esta, em termos de betuminoso, estava concluída e, o que pediu foi que se, eventualmente lá fossem para resolverem outra situação qualquer, resolvessem também aquela. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou em seguida que tinha na mesa um pedido de voto de louvor à atleta Catarina, o qual agradece duplamente ao Deputado Municipal Bruno Gomes. Pensa que é uma atleta que vai dignificando o concelho e a Assembleia não pode ficar alheia a isso. Assim colocou a votação o voto de louvor à atleta Catarina Godinho, informando que se o mesmo for aprovado ser-lhe-á comunicado. -----

----- **Colocado a votação o voto de louvor à atleta Catarina Godinho foi aprovado por unanimidade e aclamação.** -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** retomou a palavra

informando que tinha também uma proposta do Partido Socialista sobre o empreendedorismo. Sobre isto disse que é sensível a esta matéria mas que a bancada do PSD não conhece a proposta, pelo que propôs um intervalo ou então que a mesma fosse agendada para a próxima sessão de acordo com o artigo 21.º do Regimento. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** foi de opinião que a bancada do PSD não precisava de grandes formalismos e que se a proposta voltar a ser lida para que memorizem o texto da mesma, estariam em condições de decidir a admissão da mesma. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu à leitura da proposta do Partido Socialista. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** solicitou de novo o uso da palavra referindo que está em condições de votar, a favor, aquela proposta substituindo a palavra “empresas” por “entidades”, pois pensa que devem apoiar mas, existem vários programas. Primeiro devem ir buscar os institucionais e só se não o conseguirem de todo é que devem recorrer às empresas.-----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** lembrou que estas deliberações da Assembleia não são vinculativas para a Câmara. São um aconselhamento à mesma. -----

----- **Submetida a proposta a admissão a mesma foi admitida por unanimidade.** -----

----- Abertas as inscrições para discussão desta proposta não se verificaram intervenções pelo que a mesma foi **colocada de imediato a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** no uso da palavra deu a

conhecer que esteve no concerto dado pela Filarmónica no Centro Cultural, durante o qual lhe foram oferecidas umas partituras, sendo uma um hino e outra uma marcha. É de opinião que são duas peças muito bonitas mas têm as suas implicações. Acrescentou que também foram oferecidas iguais partituras à Câmara na pessoa do Vereador Manuel António. Gostava que fossem adoptadas como um hino para o concelho, mas sabe que isso não é simples pois existem condicionantes e aí, é a Câmara que o poderá fazer através dos meios jurídicos. Pediu à Câmara o interesse que possa ter sobre o assunto. Acrescentou que se alguém conhecer as peças pode pronunciar-se, dando a sugestão de se ouvir o hino, o que foi aceite por todos.-----

----- **O Deputado Municipal Nuno Benedito** interveio dirigindo-se aos Presidentes de Junta esclarecendo que foi mal interpretado. Considera que tem o dever cívico e institucional de esclarecer, pelo facto de pertencer a uma série de institutos e associações que operam na área da prevenção e combate. Havendo uma série de institutos que permitem as intimações aos proprietários, com força legal para a sua limpeza, pediu para os Presidentes de Junta usarem esses institutos e quando não soubessem como o fazer recorressem aos serviços da Câmara para se aconselharem. De seguida sugeriu à Câmara para que, em conjunto com os Presidentes de Junta e os Bombeiros de Ferreira do Zêzere, crie uma comissão para percorrer o concelho e que, em casos extremos, intimide à limpeza. Há uma série de institutos que permitem ir buscar esses ressarcimentos que a Câmara teve, nomeadamente a posse administrativa dos terrenos.-----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** no uso da palavra realçou que a Filarmónica terá oferecido a gravação do hino e da marcha, sob alguma condição à Câmara e à Assembleia e pensa que não são peças recentes, são peças que já estariam há algum tempo em arquivo. É preciso saber se a Câmara pode ter um hino,

realçando que em direito administrativo só se pode fazer aquilo que a lei permite enquanto em direito civil se pode fazer tudo aquilo que a lei não proíbe. É da competência do Município estabelecer, após parecer da comissão heráldica da Associação de Arqueólogos Portugueses a constituição do brasão, selo, e bandeira do Município. Quanto aos direitos de publicidade, de marca e de autor nada impede que a marca Ferreira do Zêzere, que já está registada e que tem a “abelhinha” como símbolo gráfico, lhe associe uma música. As músicas que acompanham os anúncios, estão registadas. Há maneira de resolver esta questão mas, para isso, é preciso que os serviços respectivos promovam o registo e para isso é preciso que fique clara a cedência dos direitos de autor ou, se se provar que já alguma vez foi publicitado, não será possível. Depois, mesmo que os direitos de autor sejam da Câmara há os direitos dos executantes, que têm que ser garantidos por processo escrito para que possam ser feitos os competentes registos. Quanto ao mérito da música não se pronuncia mas pronuncia-se quanto ao aspecto formal e jurídico e quanto ao agradecimento que se deve dar à banda que teve o cuidado de ensaiar, gravar e oferecer a música. A Câmara deveria aproveitar a intenção da banda, pois se a Câmara não aproveitar os mesmos retiram a oferta e e aproveitam eles a música. Quanto ao registo da música, pensa que se pode dar a volta pelo lado da marca, como símbolo sonoro da marca Ferreira do Zêzere e que só depois disso virá o regulamento de utilização. Se a música agradar, nada impede que se faça o mesmo que se fez com o Hino Nacional, que começou por ter música e só depois teve letra. Frisou que a utilização fosse feita só para os actos municipais porque existem precedências como o Hino Nacional. Acrescentou que a haver um hino este deveria ser tocado no dia treze de Junho e que devia ser associado àquilo que está farto de reclamar e que é um regulamento da medalha municipal. Esclareceu que em todos os

municípios no dia do concelho há uma sessão solene, dando a conhecer que nas Caldas da Rainha, nesse dia, estão presentes os Bombeiros, os Ranchos Folclóricos, os Jardins de Infância, a Misericórdia, todas as entidades subsidiadas e as Juntas de Freguesia no largo da estátua da Rainha onde são colocadas coroas de flores e depois há uma sessão solene onde são entregues medalhas às pessoas que o município entende homenagear. Foi de opinião que em Ferreira do Zêzere fazem falta estas iniciativas pois deve mostrar-se agradecimento àqueles que têm dado o seu melhor ao concelho. Lembrou que existem propostas concretas que já foram aprovadas e nunca foram cumpridas e que existem muitas pessoas, filhos e netos do concelho, que já foram distinguidos por várias razões e que o concelho não homenageou. É um desafio que deixa. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** interveio agradecendo solenemente à Filarmónica a oferta que fez para o Município. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, referiu que gostou da exposição feita pelo Deputado Municipal Eduardo Mendes. Concorda que o hino tem que ser tocado só em determinadas alturas e que tem que haver um regulamento. Em relação aos direitos de autor, falou com o Senhor Eugénio e o que este lhe disse foi que o autor da música não está identificado. Era bom que todos pensassem um pouco sobre este assunto pois o concelho ficaria a ganhar com um hino. Disse que a banda fez a oferta com todo o carinho e evidenciou o trabalho do Senhor Eugénio e do Maestro, dando um agradecimento especial à banda. Vai obter informações para avançar com o hino de maneira que numa próxima Assembleia possam dizer que conseguiram. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, não havendo mais nada a tratar, agradeceu a presença e colaboração de todos e deu por encerrada a

